

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CRISTIELLE FERREIRA DOS SANTOS

**A Contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a  
emancipação dos adolescentes do CRAS – Timbaúba no município de Juazeiro  
do Norte-CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

CRISTIELLE FERREIRA DOS SANTOS

**A Contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a emancipação dos adolescentes do CRAS – Timbaúba no município de Juazeiro do Norte – CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora, para obter como resultado o título de Bacharel em Serviço Social, através do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

CRISTIELLE FERREIRA DOS SANTOS

**A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE  
VÍNCULOS PARA A EMANCIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES DO CRAS –  
TIMBAÚBA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Orientador: Prof. Aldair Péricles Bezerra Monteiro, Esp.

Aprovado em: Juazeiro do Norte/CE, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

*Esp. Aldair Péricles Bezerra Monteiro*  
*Orientador*

---

*Esp. Jamille de Lima Vieira*  
*1ª Examinadora*

---

*Esp. Pautília Ferraz Araruna*  
*2ª Examinadora*

Dedico esta conquista aos meus amados pais e irmãos, e a todas as pessoas que estão próximas e que fazem esta vida valer a pena.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que é minha referência do divino, pela magia da vida e de poder desfrutar dessa dimensão junto as pessoas e as ideias que eu me reconheço.

Aos meus pais, José e Maria, por tantos ensinamentos, em especial, a minha mãe, que foi minha fortaleza durante o período da graduação e na vida, o que me possibilitou concluí-la. Aos meus irmãos, Cristina, Cicina, Clenia, Cledivan e Claudiney (in memoria) que sempre torceram por mim, e que veem, a caçula e primeira entre os seis irmãos, concluindo a tão almejada graduação.

Aos familiares e amigos queridos que sempre emanaram energias positivas, destacando os seres de luz José, Bianca e Alexandre, que foram, dentre tantas conquistas nestes quatro anos de graduação, a mais significativas. Levarei a amizade e nossas lembranças para sempre em meu coração.

Aos professores que foram inspiração e contribuíram de forma direta para minha construção profissional. Meu respeito e gratidão ao Prof. Aldair Péricles Bezerra Monteiro, que na condição de orientador, me deu todo suporte acadêmico.

A possibilidade de ingressar na UNILEÃO, instituição privada, através do Programa Universidades para Todos (PROUNI), pois na condição de estudante e classe trabalhadora, não conseguiria arcar com os custos da minha graduação. Por fim, a todos que de forma direta e indireta contribuíram para que eu pudesse estar desfrutando deste momento tão sublime e engrandecedor.

*Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração,  
porque dele procedem as fontes da vida.*

*Provérbios 4:23*

## RESUMO

Este estudo tem como tema A contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a efetivação dos direitos socioassistenciais dos adolescentes no CRAS-Timbaúba em Juazeiro do Norte-CE. Teve como objetivo, dentro da Proteção Social Básica, analisar se o trabalho social desenvolvido vem contribuindo para a emancipação dos adolescentes diante de sua inserção no serviço. Justifica-se na esfera social a partir da percepção de que se faz necessário analisar se a efetivação de direito é cenário concreto na vida dos adolescentes, à medida que, esta variável pode gerar outras problemáticas, assim, a superação de situações de vulnerabilidades e risco social que estes estejam a vivenciar é uma forma de vislumbrar um futuro de novas possibilidades, e que na condição de sujeitos de direito, devem ser amparados pela proteção social do país, como também, fomentar o debate à cerca da temática. A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa e de campo, através de entrevista semiestruturada com o grupo de 13 adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do referido local com a contribuição dos escritos de GIL (1999), Minayo (1994) e Lakatos e Marconi (2003). Distribui-se estruturalmente em três capítulos, denominados de: Direito Social Brasileiro; A Política de Assistência Social na Proteção Social básica e Análise do trabalho social do CRAS-Timbaúbas a partir da voz dos adolescentes, com a contribuição de autores como Behring e Boschetti (2011), Mota (2010), Yazebek (2010), Sposati (2007), Mestriner (2008), Elias (2010), Tonet (2015), Colin e Silveira (2007), Mito (2009) Gueiros (2011) e Abreu e Cardoso (2009). Considera-se que o SCFV, se constitui espaço para efetivação dos direitos dos adolescentes, contudo, é necessário refletir sobre a característica assistencialista arreigada a Política de Assistência Social, sobre as atividades desenvolvidas no equipamento e as configurações do cenário atual do país.

**Palavras chaves:** Assistência Social. Proteção Social Básica. Efetivação de Direitos. Emancipação.

## ABSTRACT

This study has as its theme, The contribution of Services for Coexistence and Bonds Strengthening to achieve effective social assistance for adolescents in CRAS – Timbaúbas in Juazeiro do Norte – CE. Within the Basic Social Protection, the objective was to analyze whether the social work developed has contributed to the emancipation of adolescents in view of their inclusion in the service. It is justified within the social sphere that it is necessary to analyze whether law is effective and relevant to adolescent life, given that this variable can generate other problems. By overcoming situations of vulnerability and social risk, adolescents envision a future of new possibilities. As subjects with rights, national social protection should provide support and protection to them. In addition, it serves to foster the debate surrounding the subject. The research was based on the qualitative and field approach, through a semi structured interview with a group of thirteen adolescents of Services for Coexistence and Bonds Strengthening of the mentioned place with the contributions of GIL (1999), Minayo (1994) and Lakatos and Marconi (2003). It is distributed structurally in three chapters, denominated of: Brazilian Social Law; The Social Assistance Policy on Basic Protection and Analysis of the Social Work of the CRAS - Timbaúbas from the voice of adolescents. With the contribution of authors such as Bering and Boschetti (2011), Mota (2010), Yazebek (2010), Sposati (2008), Elias (2010), Tonet (2015), Colin and Silvera (2007), Mito (2009), Gueiros () and Abreu and Cardoso (2009). It is considered that the SCFV, constitutes a space for the realization of the law of adolescents, however, it is necessary to reflect on the assistentialist characteristic attached to the Social Assistance Policy, about the activities developed in the equipment and the settings of the from current country overview.

**Keywords:** Social Assistance. Basic Social Protection. Effectiveness of Rights. Emancipation.



## LISTA DE SIGLAS

**BPC-** Benefício de Prestação Continuada

**CF-** Constituição Federal

**CNAS-** Conselho Nacional de Assistência Social

**CRAS-** Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS-** Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**ECA-** Estatuto da Criança e do Adolescente

**LOAS-** Lei Orgânica da Assistência Social

**NOB-** Norma Operacional Básica

**NOB-RH-** Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

**PAIF-** Proteção e Atendimento a Indivíduos e Família

**PNAS-** Política Nacional de Assistência Social

**PSB-** Proteção Social Básica

**PSDB-** Proteção Social Básica em Domicílio

**SUAS-** Sistema Único de Assistência Social

**SCFV-** Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I- DIREITO SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	<b>12</b>
1.1 <i>Considerações a acerca do Sistema de Proteção Social Brasileiro</i> .....	12
1.2 <i>Políticas de Assistência Social pós Constituição Federal</i> .....	17
<b>CAPÍTULO II- A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL SOCIAL BÁSICA</b> .....	<b>23</b>
2.1 <i>Serviço Socioassistencial na Proteção Social Básica e sua consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente</i> .....	23
2.2 <i>Política de Assistência Social e a emancipação dos sujeitos.</i> .....	27
<b>CAPÍTULO III- UMA ANÁLISE DO TRABALHO SOCIAL DO CRAS TIMBAÚBAS A PARTIR DA VOZ DOS USUÁRIOS ADOLESCENTES</b> .....	<b>32</b>
3.1 <i>Caracterização do campo da pesquisa</i> .....	32
3.2 <i>Percurso Metodológico</i> .....	33
3.3 <i>Direitos efetivados? A luz dos pensamentos dos adolescentes</i> .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>51</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>52</b>
<b>ANEXO A - TERMO DE ASSENTIMENTO</b> .....	52
<b>ANEXO B - Declaração de Anuência da Instituição Co-participante</b> .....	53

## INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social se fixou como direito desde a promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988. Desde lá, grades conquistas foram alcançadas para a legitimidade e funcionamento desta política que é sub dividida em Proteção Social Básica e Especial, com um trabalho voltado para atender à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, como também o amparo as crianças e adolescentes, promoção ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência bem como a garantia de um salário mínimo.

Dentro da Proteção Social Básica, temos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) conhecido como sendo a porta de entrada para a política de assistencial social, o qual oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Proteção Social Básica em Domicílio (PSBD) para pessoas com deficiência e idosas.

Diante deste cenário, a pesquisa apresenta a contribuição do SCFV para a efetivação dos direitos socioassistenciais dos adolescentes do CRAS-Timbaúba de Juazeiro do Norte- CE, tem como objetivo analisar como o trabalho social desenvolvido no SCFV, vem contribuindo para a emancipação dos adolescentes diante da sua inserção no serviço.

Deste modo, justifica-se no âmbito acadêmico como uma forma de incentivar e despertar os discentes para pesquisas científicas, possibilitando a estes, disseminar conhecimento na sua área de formação. Na esfera social, pode se perceber a importância da análise proposta, pois, as vulnerabilidades existem na territorialidade e o serviço já é ofertado pelo equipamento, de forma que, se faz necessário analisar se estes estão contribuindo para a efetivação e superação das problemáticas existentes ou alcançam a vida dos usuários apenas de maneira superficial e assistencialista.

Sendo o público da pesquisa os adolescentes, a questão da proteção ao direito destes também é de grande relevância a medida que esta variável pode gerar outras problemáticas, assim, a superação de situações de vulnerabilidades e risco

social que os adolescentes estejam a vivenciar é uma forma de vislumbrar um futuro de novas possibilidades para estes.

A pesquisa irá basear-se na abordagem qualitativa e de campo, procedimento metodológico descritivo, através de entrevista semiestruturada diante do universo de trinta adolescentes do SCFV, onde será retirada uma amostragem de treze adolescentes, possibilitando a credibilidade para análise e interpretação dos dados da pesquisa.

O problema da pesquisa gira em torno da análise de como as atividades desenvolvidas no cotidiano do SCFV do CRAS-Timbaúba, vem contribuindo para emancipação dos adolescentes diante da sua inserção no serviço do equipamento?

Esta questão, partiu da hipótese de como o CRAS revela-se como espaço concreto para efetivação de direitos, se o trabalho do equipamento é afetado pela precarização da política de assistência social, na atualidade, e se por isso ainda mantem algum caráter assistencialista arreigado, devido a toda construção histórica da referida política.

Desta forma, compreender como estes adolescentes chegam até o SCFV do CRAS- Timbaúba e como o trabalho social do equipamento vem alcançando diretamente, através das atividades propostas pela equipe técnica de referência, os seus objetivos e atingindo a vida dos usuários do equipamento no sentido emancipatório e de efetivação de direitos, é uma forma de perceber o funcionamento da Política de Assistência Social de forma concreta no cotidiano da população, fomentando assim o debate à cerca desta demanda.

O trabalho de conclusão de curso está estruturado em três capítulos, apresentando-se no capítulo I O Direito Social Brasileiro, que traz reflexões sobre o sistema de proteção social brasileiro com a contribuição de autores como Yazebec (2010) caracterizando o referido sistema; Berhing e Boschetti (2011) com discussões à cerca das políticas sociais brasileiras; Mota (2010) ressaltado as características da Política de Assistência Social. A questão das políticas sociais pós Constituição Federal de 1988, o marco da seguridades social e suas legislações, com Mestriner (2008) explanado o caráter assistencialista antes da CF/88 e Sposati (2007) com escritos sobre as características da política.

O capítulo II sobre A Política de Assistência Social na Proteção Social

Básica, aborda legislações e aponta o serviço Socioassistencial onde Silveira (2007) traz a questão da intersectorialidade das políticas. Aborda a Proteção Social Básica (PSB) e a ligação do trabalho social desenvolvido neste campo e a consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a partir das contribuições de Elias (2010). A questão da emancipação, com escritos de autores como Souza e domingos (2012) e Tonet (2015) a luz do pensamento marxista e Colin e Silveira (2007) sobre o SUAS e as possibilidades reais na efetivação da Política de Assistência Social.

Para o capítulo III- Análise do trabalho social do CRAS-Timbaúba a partir da voz dos adolescentes, caracteriza-se o campo da pesquisa, bem como o delinear do percurso metodológico, com GIL (1999), Minayo (1994) e, Lakatos e Marconi (2003). Para os resultados, a contribuição dos autores Mito (2010), Gueiros (2011) e Abreu e Cardoso (2009). Estes serão expostos no último ponto do referido capítulo, onde iremos perceber o alcance da pesquisa através da análise dos dados.

Contudo, espera-se com a pesquisa, analisar, de forma positiva ou não, a questão da efetivação dos direitos dos adolescentes, dando a estes a oportunidade de participação na Política de Assistência Social, através da sua visão à cerca do trabalho social desenvolvido no equipamento, bem como, a possibilidade fomentar novas formas de intervenção e estratégias para o referido público.

## **CAPÍTULO I - DIREITO SOCIAL BRASILEIRO**

Para melhor compreensão de como a Política de Assistência Social foi gestada e visando conhecer os seus desdobramentos, neste capítulo abordaremos, a partir de um recorte histórico, as questões da Política Social no Brasil, contudo, dando ênfase a fase de pós Constituição Federal (CF) de 1988, abordando os marcos relevantes da referida política e suas legislações, onde, o tripé da seguridade social se posiciona como marco histórico no que concerne a conquista de direitos dos cidadãos.

### **1.1 Considerações a acerca do Sistema de Proteção Social Brasileiro**

O sistema de proteção social representa a intervenção do Estado diante da desigualdade gerada pelo avanço do capitalismo e do mercado, em resposta as

reivindicações da classe trabalhadora organizada, onde, Yazbek (2010), caracteriza como mecanismos complementares ao aparato familiar, religioso e comunitário de proteção, que configuram as políticas sociais nas sociedades industrializadas.

Se percebe o avanço do capitalismo como sendo o propulsor do fenômeno do pauperismo, onde para Mota (2010), este se torna responsável pelo surgimento da pobreza como questão social. Assim, os sistemas de proteção social são criados para dar resposta as expressões da questão social no cotidiano em sociedade.

Yazbek (2010), afirma que o sistema de proteção de uma sociedade é um forma de redistribuição de renda permitindo o acesso nos âmbitos da vida social, econômica, cultural, política, ambiental, entre outros, ou seja, uma vida subsidiada pelo direito de suprir suas necessidades e impulsionar as potencialidades do sujeito, em sua forma tanto objetiva como subjetiva.

É necessário compreender as particularidades históricas que permeiam cada povo e a partir disso perceber como o Estado responde a tais demandas sociais. No Brasil, como um país em vias de desenvolvimento, estas resposta evoluem de um nível caritativo para direito, propriamente dito, no decorrer da história.

Para enfatizar as políticas sociais brasileiras, Behring e Boschetti (2011) apontam a relação destas com as dimensões históricas, políticas, econômicas, culturais, e a partir do método dialético materialista, estas se caracterizam como fruto da práxis social da humanidade, assim, para cada conjuntura, temos resposta do Estado para as múltiplas expressões da questão social dentro do cenário de contradição que vivem as classes sociais.

Tem-se nos anos de 1980 a retomada do estado democrático de direito, visto que, o Brasil ensaiava sair de um longo período militar que teve início nos anos de 1964, tempos de utilização de força e repressão pelo Estado para conseguir elevar o país as maiores potencias econômicas mundiais.

A chegada aos anos 80, nos remete o término do governo militar através de eleições presidenciais diretas, depois de pouco mais de 20 anos. O movimento social “Diretas Já” teve como pauta a abertura política, voto direto, onde, os movimentos dos trabalhadores e os movimentos sociais influenciaram diretamente alguns pontos da CF de 1988, contudo, a autora reforça que:

Já estavam presentes também as expectativas de mudanças em outra direção, a da nova agenda neoliberal. Assim, a constituinte foi um processo duro de mobilizações e contra mobilizações de projetos e interesses mais

específicos, configurando campos definidos de forças (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 141).

Então, não nega-se a importância dos movimentos que precederam a CF/88, contudo, o projeto hegemônico liberal burguês também estava sendo retomado.

Assim, a partir dos anos 1990, tem início a contrarreforma do Estado, sob uma orientação neoliberal, com ênfase no crescimento econômico. Este impulsionamento na economia segue em discordância com a área social, deixando em evidência as diferenças classistas que permeiam a construção histórica dos nosso país, no que concerne aos direitos da classe trabalhadora.

Para os autores, as políticas sociais brasileiras carregam consigo característica, sobretudo pela seletividade, privatização, em detrimento da universalidade e estatização, mas que, ainda assim, a promulgação da CF e junto com ela o Sistema de Seguridade Social é uma conquista, visto que, o país estava saindo de um longo período militar e neste momento o Estado estava se responsabilizando diante de um sistema de proteção de direitos, conseqüentemente, justiça social para os cidadãos.

As Políticas Sociais são, senão, uma resposta dada a população no sentido de amenizar as expressões da questão social surgidas através do avanço contínuo do capitalismo, que para Sposati *et al* (2008) termina por ser menos a ação do Estado em prover justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população, assim, seria uma forma de desconectar os trabalhadores em sua organização política diante da identificação da condição de subalternidade dentro da relação capital-trabalho.

A autora afirma um segundo lado que constitui o sentido das políticas sociais brasileiras, onde, dentro do espaço de contradição e desigualdade que as classes sociais estão imersas, esta vem a ser para além da possibilidade de reprodução da vida dos trabalhadores mas uma forma de realizar os direitos sociais e constituir uma cidadania.<sup>1</sup>

Assim, da mesma forma que se considera o espaço conquistado através da concessão de políticas públicas para a classe trabalhadora, pode-se pensar na

---

<sup>1</sup> Para T.H. Marshall, o conceito de cidadania, em sua fase madura, comporta: as liberdades individuais, expressas pelos direitos civis - direito de ir e vir, de imprensa, de fé, de propriedade -, institucionalizados pelos tribunais de justiça; os direitos políticos - de votar e ser votado, diga-se, participar do poder político - por meio do parlamento e do governo; e os direitos sociais, caracterizados como o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, com vistas a levar a vida de um ser civilizado. (BEHRING, 2000, P. 10)

mesma como mecanismo de manipulação de classe, onde, este entendimento não desmerece a importância desta política, sendo que estas sejam direcionadas para a possibilidade de determinada emancipação do sujeito.

Dentro do cenário político e social, a CF de 1988 foi um marco para a retomada do período democrático do país. No que concerne os direitos sociais, trouxe o conceito de Seguridade Social, sendo o tripé da Saúde como direito de todos e caráter universal, a Previdência na sua forma contributiva e a Assistência Social para quem dela necessitar.

Dentro deste cenário de país redemocratizado temos outras conquistas que contribuem de forma positiva para o sistema de seguridade social brasileira, com destaque para os conselhos paritários de direito que possibilitam o acesso e participação crítica, em forma de fiscalização da sociedade em detrimento das políticas públicas.

Vale ressaltar que Behring e Boschetti (2011), afirmam que toda a construção dos direitos sociais no Brasil, foram direcionados, pela primeira vez, através de uma ótica Beveridgiana. O chamado Plano Beveridge<sup>2</sup>, tem seu surgimento na Inglaterra meados dos anos 1940, onde, segundo Yazebec (2010) era um sistema que tinha como base a seguridade social como um conjunto de programas de proteção para os trabalhadores.

Esta ótica respaldada em um estado de bem-estar social, sendo o Brasil um país de terceiro mundo, apenas foi vista a partir da CF/88. Contudo, vale enfatizar que não foi uma realidade na prática, apenas uma inspiração que não teve concretude real.

As questões enfatizadas no sistema de seguridade social brasileiro, respondem as expressões da questão social já latentes anteriormente a CF, mas que, a partir dela, passa a ser direito do cidadão. A política de assistência social se destaca dentro do sistema de proteção social brasileiro pós CF/88, por deixar de lado o caráter assistencialista para se fixar como direito do cidadão que dela necessitar.

---

<sup>2</sup> O Plano Beveridge, que resultou na Seguridade Social inglesa e inspirou a brasileira, tinha uma extensa proposta de proteção social que abrangia para além da classe que estava ativa no mercado de trabalho, comportando assim as esferas de previdência, saúde e assistência, remetendo a um caráter universalista. Para Behring e Boschetti (2011), propunha uma nova lógica para as organizações das políticas sociais.



O destaque para a Política de Assistência Social em meio ao tripé da Seguridade Social se dá tanto pelo fato de ela ter se firmado como direito social mas também diante da comparação com as duas outras composições do mesmo, onde, segundo Mota (2010), encontram condicionalidades restritivas, que são a previdência e a saúde, movimentos que vem sendo sustentados por uma razão instrumental, onde a justificativa do Estado para a necessidade de sistemas privados é baseado no crescimento da pobreza e conseqüentemente em equilibrar as contas públicas.

Contudo, mesmo sendo uma política não contributiva, algumas condicionalidades lhe são imposta para o acesso a esta. A questão da renda é uma das principais, sendo uma política voltada para quem dela necessitar, como configurado na CF/88, em específico, em seu artigo 203, o que Yazebek (2010) chama do aumento do processo civilizatório da sociedade brasileira.

Assim, as conquistas da carta magna são de grande relevância a medida que o país carrega um histórico de assistencialismo, no que concerne os direitos sociais da população, mas que, diante das propostas impostas, iniciadas em meados dos anos 90 pelo Estado, em uma ótica reformista neoliberal, impossibilitam a concretização total destes direito até a contemporaneidade, onde:

Os que apostaram na constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais no Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo... uma constituição pragmática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.142)

Vemos então, logo após o desfecho da CF/88 o despoite da investida neoliberal no cenário da político, econômico, social e cultural no Brasil. Esta ótica reformista era pautada em um ajuste fiscal, onde, segundo os autores, a justificativa da época era centrada no Estado, sendo necessário reformá-lo para novas requisições, com correções e reduzindo custos.

Diante deste cenário, os impactos socioeconômicos foram significativos à medida que houve um crescimento na dívida externa do país, o crescimento das privatizações do patrimônios públicos, inclusive para o capital estrangeiro, bem como a redução de diretos dos trabalhadores.

O crescimento do terceiro setor também teve destaque com a onda neoliberal brasileira, em face a execução das políticas pública. Aqui vemos o publicização do

Estado, se eximindo em parte de sua responsabilidade, e colocando-a a mercê da sociedade civil organizada, para o trato com as expressões da questão social e essa onda de solidariedade sendo disseminada pela mídia através do seu alcance direto com a população.

Nesta conjuntura neoliberal de contrarreforma do Estado pós CF/88, de corte com os gastos sociais e propagação da solidariedade diante das problemáticas sociais brasileiras, com destaque para o desemprego, vemos a fragilização dos direitos sociais, não sendo uma novidade mas em uma nova conjuntura, que resgatava o caráter assistencialista tão arreigado nas construção histórica das políticas do nosso país.

Este processo é caracterizado por Yzabek (2010) como a despolitização no que concerne a proteção social brasileira e refilantropização da questão social, o que remete a atuação inicial que o Estado promovia com o trato de suas expressões totalmente desprovidas do sentido de direito social.

Dentre todos os aspectos que constituem a Seguridade Social até a contemporaneidade, Mota (2010), que as caracteriza como tendências atuais, destaca as políticas compensatórias; privatização e mercantilização de determinados serviços sociais, tendo como exemplo a própria saúde e previdência privada; a propagação da solidariedade e voluntariado que retira a responsabilidade do Estado e deposita na sociedade civil; a despolitização da questão social.

Tais questões trazem impactos na estrutura das políticas públicas que, em tempos de crises capitalista, logo são atacadas através das reformas de cunho neoliberal, onde rebatem na diretamente na vida da classe trabalhadora.

## 1.2 Políticas de Assistência Social pós Constituição Federal

A Política de Assistência Social no Brasil deve ser compreendida, no que se refere ao seu surgimento, segundo Mestriner (2008), gestada a partir da filantropia e benemerência em resposta as contradições de classe, devido a dicotomia capital versus trabalho, acirradas com a industrialização. Neste sentido, a condição de direito inexistia, era uma prática social assistencialista e que ficava a cargo, sobretudo, as instituições religiosas.

Diante disto, temos uma disputa no cotidiano entra a classe trabalhadora e o Estado burguês, onde o primeiro requisita e conquista direitos que são resposta

dadas pelo último na intenção de conter lutas trabalhista através das políticas públicas.

Imersa na contradição cotidiana das desigualdades sociais, a Política de Assistência Social vem ser uma resposta a classe trabalhadora diante da sua inserção política organizada dentro do cenário social. o Estado promove então:

A assistência social através dos seus programas, torna-se assim, o conjunto de práticas que o Estado desenvolve direta e indiretamente, junto as classes subalternizadas, com aparente caráter compensatório das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção (SPOSATI., *et al* 2008, p. 64)

Este caráter compensatório desencadeia por vezes uma forma tecnicista e assistencialista com o trato das expressões da questão social no cotidiano de trabalho dos profissionais que atuam na referida política, dando a esta, por vezes, uma condição de benevolência e caridade.

Contudo, no Brasil, o caráter de não direito deve ser superado a partir da condição desta política pública como participe da proteção social no final dos anos de 1980 a partir da carta magna brasileira onde:

Em um país como o Brasil, com tradições político- econômicas e socioculturais delineados anteriormente, e que apenas a partir da constituição de 1988 passa a ter em perspectiva a construção de um padrão público universal de proteção social, coloca-se um quadro de grande complexidade, aridez e hostilidade, para a implementação dos direitos sociais, conforme estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Assim, é importante ressaltar que a CF/88 foi um conquista, porém, permeada por um cenário político e econômico adverso, a exemplo disse, no que remete a política de assistência social, suas legislações foram tardias em relação a promulgação da carta magna o que representa um determinado discordância ao que já estaria fincado em lei.

Contudo, o marco para a Política de Assistência Social se dá com a Constituição Federal (CF) de 1988, que se desvela como um divisor de águas na história da citada política como atributo de dever do Estado e direito pra quem dela necessitar.

Sendo uma política social não contributiva e voltada para aqueles que necessitam, a assistência Social no Brasil traz a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, como também o amparo às crianças e adolescentes, promoção ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência bem como a garantia de um salário mínimo são direitos afirmados na CF/88 em resposta às lutas das classes dos trabalhadores.

Foi essa mudança de institucionalização que, segundo Mota (2010), a elevou ao patamar de política pública possibilitando a prática da assistência social direcionada ao direito, de forma que possibilita barrar o assistencialismo arraigado historicamente.

Passado a promulgação da CF/88, precisamente, cinco anos depois, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8.742 foi sancionada em 7 de dezembro de 1993. Dada a sua importância para o cumprimento das questões relativas à assistência pois, esta existe para garantir a política de proteção social para aqueles em situação de vulnerabilidade, assim, para quem dela necessitar, não tendo caráter contributivo.

Assim, Sposati (2007) afirma que a Assistência Social não nasce como política no mesmo dia do nascimento da LOAS, é bem mais velha, mais um caso de atraso de registro, onde foi registrada após cinco anos da CF, mas construída ao longo da trajetória histórica do Brasil.

A LOAS traz em seus capítulos normas e atribuições para os Benefícios, Serviços, Programas e Projetos da Assistência Social divididos em proteção social especial e básica, dentre eles temos o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefícios Eventuais. Esta também delegou o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que veio substituir o antigo CNSS, como responsável pela Política Nacional da Assistência Social, trazendo um conselho de gestão e controle social de forma descentralizada e participativa, contudo:

Mesmo com a Constituição de 1988 e a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, que são consideradas divisores de água entre o *feitiço da ajuda* e a criação de uma política pública, constitutivas de direitos, estas marcas não foram totalmente superadas (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p. 186)

Os autores mostram o ranço do assistencialismo na referida política através da descontinuidade e fragmentação que esta possui. Esta fragmentação nos remete

a ausência da intersectorialidade com as demais políticas da proteção social, o que vem a fragilizá-la, pois, se faz necessário a ligação das políticas dentro do sistema de proteção social, conseqüentemente, o seu funcionamento, para que se possa vislumbrar novas possibilidades para os sujeitos assistidos por estas.

A aprovação do Política Nacional da Assistência Social (PNAS) que trouxe as diretrizes para concretização da Assistência Social no âmbito do direito e da responsabilidade do Estado, respaldada na resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, Onde vem trazer a clara ligação, segundo Mota (2010), entre o estado e a sociedade civil.

Assim, a referida ideia da ligação se fortalece, no intuito de contribuir para o funcionamento das políticas e a centralidade na família ganha ênfase como forma e impulsionar o trabalho social, considerando as novas configurações familiares, assim:

A família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade [...] todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como espaço contraditório cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (PNAS, 2004, p. 42).

A matricialidade sócio- familiar revela-se com dois lados que devem analisados de forma crítica, pois, na mesma proporção em que inclui à família como um dos pontos principais para o entendimento das problemáticas sociais, tendo assim que compreender o sujeito assistido pela política em sua totalidade socioeconômica e estender o trabalho social para os membros desta família, pode também, colocar a mesma num condição de culpabilização se levamos em consideração e de forma radical a responsabilidade do sujeito pelo seu bem estar.

O que se tem nesta perspectiva é uma inclusão do sujeito englobando uma análise mais profunda, como de fato devem ser as políticas, a partir de uma visão do materialismo histórico dialético, como também resgata uma posição tradicional conservadora de desresponsabilização do Estado diante das problemáticas sociais.

Grandes conquista foram alcançadas durante o percurso histórico da política da assistência social que vieram a complementar e dar efetividade a esta, tais como o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, que caracteriza-se como

um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, particular da assistência social, o qual reorganiza os serviços, benefícios, programas e projetos.

O SUAS, que veio para efetivar a PNAS, destaca-se como uma forma de ultrapassar a historicidade assistencialista e de caridade que eram ofertadas em nas protoformas da Política Assistência Social pelas primeiras damas, agregando tecnificação e profissionalização diante do trabalho social ofertado.

Isso significa que houve um acréscimo em organização e a possibilidade de planejar o trabalho social a partir das características particulares de cada territorialidade, sendo uma forma mais direta de perceber as expressões da questão no cotidiano e onde o sujeito assistido está imerso, o que culmina em uma resposta mais efetiva diante do trabalho social desenvolvido.

A Norma Operacional Básica (NOB) concretiza a organização dos princípios e as diretrizes da descentralização bem como a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência social. A primeira NOB aprovada foi em 1997, a segunda em 1998, a terceira em 15/07/ 2005 respaldada pela resolução CNAS nº 130, sendo revogada pela resolução nº 33 de 2012 que aprova a nova NOB/SUAS 2012 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), com objetivo de traçar os principais pontos da gestão pública de trabalho bem como mediar a relação entre gestores, trabalhadores e prestadores de serviços socioassistenciais.

Em 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), admite a partir da Resolução nº 109, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que a rede contempla, uma divisão em dois níveis: serviço de Proteção Social Básica<sup>3</sup> (PSB) e serviço de Proteção Social Especial, esta última subdividida em: média complexidade e alta complexidade, onde:

A esses dois âmbitos da proteção social da assistência social que se situam no campo das relações familiares, vicinais, comunitárias e sociais deve ser considerado um terceiro que diz respeito ao direito à vida e a sobrevivência (SPOSATI, 2007, p. 19)

Assim, a autora destaca como âmbito da política de assistência social o desenvolvimento biopsicossocial; preservação da dignidade humana e a proteção a

---

<sup>3</sup> A partir de agora, iremos nos reportar no corpo do texto, ao termo Proteção Social Básica através da sigla PSB.

renda e ao rendimento, este último por vezes, caracteriza a política no senso comum, contudo é parte integrante desta em sua forma de proteção social.

A rede tem como uma das primeiras referências o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) dentro da proteção especial básica. O que caracteriza este nível são os equipamentos onde a família é a ligação.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) dentro da proteção especial de média complexidade, onde a questão dos vínculos familiares ainda não foram rompidos e na proteção social especial de alta complexidade o indivíduo ou família se encontra sem referência ou sofrendo ameaças e assim precisam ser retirados do núcleo familiar ou comunitário.

Todo este percurso histórico e conseqüentemente suas conquistas, são apontadas por Mota (2010), como uma forma de centralizar a Política de Assistência Social diante da Seguridade Social, pois:

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ela assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macro-econômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo da ação da Assistência Social ao mesmo tempo em que limita o acesso à saúde e a previdência social públicas (MOTA, 2010, p. 141)

Deste modo, a assistência é vista pela autora, em certa parte, como uma forma de combate à pobreza, que é promovida pelo modo de produção capitalista. Neste sentido, seria um combate à exclusão social derivada do capital, pensada pela classe dominante, sem responder as verdadeiras demandas estruturais que competem essas problemáticas sociais, onde a mesma afirma que pode ocasionar uma passivização da questão social.

Nessa perspectiva, se percebe a mercantilização dos serviços sociais, onde, à questão social é mencionada em sua forma mais reduzida, com viés moralizante, desconsiderando o cerne desta problemática, advinda da questão estrutural e histórica das desigualdades sociais, como forma de desmobilizar a organização da classe trabalhadora e contribuir para o funcionamento do mercado.

A exemplo, temos como papel de destaque na Política de Assistência Social os chamados programas de transferência de renda pois, segundo Mota (2010), é por via destes programas que o cidadão que não possui renda e encontram-se em determinada vulnerabilidade, ainda assim, tem acesso a bens de consumo.

Diante disto é que se confirma a já citada centralidade da política de assistência social em relação ao do tripé da seguridade social. A responsabilidade que se põe apenas sobre este política deve advir do pleno funcionamento de um conjunto de políticas sociais, para dar respostas concretas as expressões da questão social, no que concerne uma sociabilidade capitalista, a fim de possibilitar determinada emancipação aos cidadãos.

## **CAPÍTULO II - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL SOCIAL BÁSICA**

Este capítulo busca apontar, na Política de Assistência social, o serviço socioassistencial dentro Proteção Social Básica, fazendo uma ligação com o trabalho social desenvolvido neste campo e sua relação com uma das possibilidades mais atuantes do sistema de proteção para as crianças e adolescentes no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Logo após, ressalta a contribuição da referida política para a possibilidade de emancipação dos sujeitos que são assistidos, considerando a concretização efetiva dos direitos sociais da população.

### **2.1. Serviço Socioassistencial na Proteção Social Básica e sua consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente**

A política de Assistência Social, como direito social pós CF/88, afirma o reconhecimento do Estado diante da Questão Social, buscando assim, dar respostas, mesmo que imediatista, para as problemáticas cotidianas advindas do sistema capitalista de sociabilidade em que vivemos.

Considerando as conquistas a partir da CF/88, tais como a LOAS e o SUAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em sua resolução nº 109 de 11 de novembro de 2011, destaca-se com grande significância pois, vem dar base para uniformizar o trabalho na Proteção Social Básica (PSB) e Especial de média e alta complexidade em território nacional.

Colin e Silveira (2007) definem por rede socioassistencial os conjuntos de ações unificadas e direcionadas para a construção e concretização dos direitos. As organizações não estatais podem desenvolver trabalhos voltados para o social mas que obedeçam os parâmetros e definições no SUAS.



É importante ressaltar que, no contexto em que vivemos, de ausência do Estado diante das expressões da questão social, o terceiro setor, a exemplo das Organizações sociais sem fins lucrativos, são realidade no enfrentamento as problemáticas sociais e são legitimadas pelo mesmo Estado junto da grande mídia, que disseminam a onda de solidariedade social em meio a sociedade civil.

No que concerne a PSB, esta tem como uma das primeiras ligações o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), unidade estatal descentralizada, destacada como a porta de entrada para a Política de Assistência Social, o qual oferta os serviços de Proteção e Atendimento a Indivíduos e Famílias (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e a Proteção Social Básica em Domicílio (PSBD) para pessoas com deficiência e idosos.

Dando ênfase ao SCFV, este traça como objetivo oferecer o trabalho social voltada para prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais, distribuindo as atividades em grupo, a partir do ciclo de vida, como destacado na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, onde é caracteriza como:

Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção de suas histórias e vivências individuais e coletivas na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. (BRASIL, 2014, p. 16)

O trabalho social desenvolvido pelo CRAS se destaca como forma de materializar, no cotidiano, a efetivação dos direitos da população, a partir da prevenção de riscos sociais de forma proativa para que possa desta fora garantir a efetivação dos direitos sociais dos usuários.

Com centralidade na matricialidade sociofamiliar a partir da PNAS, o trabalho social desenvolvidos na PSB, deve considerar em sua totalidade as condições de vida que o usuário da política está imerso, pois, é este olhar de criticidade que possibilita o desvelar das problemáticas.

Contudo, deve-se destacar que, devido a conjuntura e o crescimento da onda política neoliberal na contemporaneidade, a questão da centralidade na família pode representar determinada desresponsabilização de Estado diante dos desdobramentos das expressões da questão social na vida moderna.

Esta análise se dá diante do fato de que, se a família é, na prática, instituição primeira de desenvolvimento social, apenas culpabiliza-la pelas condições em que se encontra, o que reflete na vida social de seus membros, é desconsiderar as contradições advindas do modo de produção capitalista em que vivemos como também retirar do Estado a obrigação de efetivar os direitos da população.

Por isso, Silveira (2007) afirma que é necessária a articulação de políticas para o enfrentamento das desigualdades estruturais e sua expressão na falta de acesso à saúde, educação, renda, habitação, entre outras, pois, é certo que a assistência social é parte integrante dos sistema de proteção social brasileiro, contudo, não a única responsável pelo enfrentamento de todas as problemáticas sociais.

A intersetorialidade dos serviços está para a não fragmentação das políticas públicas contribuindo para o enfrentamento das expressões da questão social, assim, posto que o SCFV distribui os grupos a partir do ciclo de vida, sendo o foco desta pesquisa os adolescentes, destaca-se a consonância entre a PSB e o ECA.

A legislação brasileira garante a partir do ECA, lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, a proteção integral das crianças e adolescentes, que nesta perspectivas, são sujeitos de direitos. Este não era o cenário que antecedia a CF/88 em relação a este público, segundo Elias, 2010:

Diferentemente do código de menores (Lei n. 6.679, de 10- 10- 1979), revogado expressamente pelo art. 267 do Estatuto da Criança e do Adolescente, este diploma legal não se restringe ao menor em situação irregular, mas tem por objetivo a proteção integral à criança e ao adolescentes. (ELIAS, 2010, p. 11)

Assim, a legislação que reverenciava o referido público era o código de menores. Este tinha caráter repressor e punitivo, realidade modificada após o ECA. É certo que além de protetivo o estatuto compõe o rol de outras providências, que são punitivas, porém com caráter pedagógico, para as questões relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei.

O autor destaca que a proteção citada institui a criança até doze anos incompletos e ao adolescente entre doze e dezoito anos de idade a condição de sujeito de direito, pontuando que, por serem pessoas, já teriam assim, acesso aos direitos fundamentais aos cidadãos, mas que por sua condição de desenvolvimento,

gozam de direitos especiais e que recaem sobre a família, estado e sociedade o dever de zelar por estes.

Vale ressaltar que o olhar de culpabilização da família frente a alguma situação de vulnerabilidade da criança e do adolescente deve ser mediada, visto que, a própria família também é campo de expressões da questão social, e por isso, deve ser trabalhada e protegida dentro da política de assistência social.

A responsabilidade da comunidade se dará através dos conselhos tutelares de cada município, o que traz para a realidade a questão participativa da sociedade, destacada no SUAS, como uma forma democrática de participação da população de forma direta.

O Estado, por sua vez, deve se responsabilizar, através das políticas públicas, para a efetivação destes direitos, na prática. Na conjuntura anterior a CF e ao ECA as instituições privadas e de cunho assistencialistas tinham destaque com o trabalho social e que, na atualidade, podem dar seguimento a estes de forma legal, estando registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como disposto no art. 91 do ECA.

A articulação para o funcionamento da rede de proteção social para crianças e adolescentes devem orientar-se pela CF/88 e o ECA, assim:

A política de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1990, p. 43)

Nesse sentido, a Política de Assistência Social faz parte do rol de ações do Estado para o atendimento ao público referido. É na PSB, que as atividades de cunho preventivo de vulnerabilidades e risco social são desenvolvidas a fim prevenir e efetivar os direitos dos adolescentes.

Como afirma Elias (2010) as ações públicas ou privadas federais, estaduais ou municipais devem estar sob os princípios constitucionais do ECA, como também devem ter consonância entre si, considerando a proteção integral à criança e ao adolescente.

A ligação do CRAS, em específico, do SCFV para adolescentes com o ECA se dá mediante o dever de desenvolver o trabalho social do equipamento de acordo com os preceitos garantidos em lei, onde, segundo Elias (2010), as políticas básicas sociais, que se encaixa a PSB, deve ter por finalidade a defesa dos direitos

fundamentais retratados no artigo 227 da CF/88, sendo retratada no art. 87, as disposições sobre a política de atendimento aos referindo público.

A questão de como a proteção da criança e do adolescente é posicionada, em especial a partir do ECA, também reflete no cotidiano de atendimento deste público. Como sujeito de direitos, o que se espera dos serviços voltados para o referido público é, senão, o abandono das práticas assistencialistas despertando para a proteção das vulnerabilidades sociais e assim uma concretude no que condiz a efetivação dos direitos, no tocante a PSB.

O trabalho social desenvolvido na Política de Assistência Social na PSB, deve estar para propiciar mudanças positivas e significativas na vida dos adolescentes, despertando suas potencialidades, enquanto pessoas em desenvolvimento. É uma possibilidade concreta de intervenção que deve culminar na emancipação desses sujeitos.

## 2.2 Política de Assistência Social e a emancipação dos sujeitos.

As políticas sociais são, na sociedade capitalista, respostas aos embates da classe trabalhadora e o Estado burguês, frente as expressões da questão social. Baseado em como estas políticas contribuem para emancipação dos sujeitos, se faz necessário a compreensão de emancipação política e humana.

Segundo Souza e Domingues (2012), a luz do pensamento Marxista, consideram:

A emancipação política é a da burguesia (parcial), da exploração do homem pelo homem, da sociedade de classes e a emancipação humana é a do proletariado (universal), da superação da exploração do homem, ou seja, a que elimina a sociedade de classes (SOUZA E DOMINGUEZ, 2012, p. 69).

Neste sentido, podemos compreender a emancipação política como uma conquista, contudo, esta categoria não é a representação final da emancipação dos sujeitos, pois para isso, a exploração do homem pelo homem, o que nos remete ao fim das contradições sociais e das desigualdades que permeiam a nossa existência em sociedade capitalista, deveriam ser findadas.

Caracteriza-se então, como uma condição necessárias para a vivencia em sociedade, de poder ter acesso, em relação a classe bastarda, aos direitos que lhes são próprios em lei, é para Tonet e Lessa (2012) a origem da democracia e da cidadania, porém, que desconsideram as desigualdades reais entre as pessoas.

Para além da citada emancipação, temos a humana, uma possibilidade através da forma de trabalho associado, que se caracteriza, segundo Tonet (2015), por ser um trabalho livre, consciente, coletivo e universal, não possível em uma sociedade capitalista.

Assim, para o autor, só seria possível o alcance do nível de emancipação humana, uma vez que, a sociabilidade em que vivemos fosse substituída por uma coletividade comunista, análise esta, feita a partir do trabalho como categoria central, sendo este transformador da natureza para suprir as necessidades humanas e eixo central de do ser social.

O pensamento de Tonet (2015), embasado em reflexões marxista, nos remete a uma utopia, compreendendo-a no sentido positivo de inspiração para um suposto novo momento de socialização entre os sujeitos. Mas é considerável lembrar que, enquanto seres imersos e viventes das contradições capitalistas, o nível de emancipação política nos possibilita rebatimentos reais na vida cotidiana da classe trabalhadora, no que concerne o acesso aos direitos sociais.

Compactuando com Tonet (2015) Souza e Domingues (2012), apostam que uma real emancipação humana só seria possível a partir das vias de uma revolução proletária, abortando o caráter individualista e a sociedade classista, contudo, ressaltam que as políticas sociais são conquista significativas no modo societário em que vivemos.

Neste sentido Montão e Duriguetto (2011, P.131), complementam a “emancipação política” é, portanto, fundamental para atingir a “emancipação humana”, mas não corresponde a ela, nem é garantia para sua conquista.

Neste viés, as políticas sociais com seu caráter reformista, deixa de lado a perspectiva revolucionária, não pensada para a erradicação das desigualdades sociais, e conseqüentemente, das expressões da questão social, servindo de base para as resposta cotidianas, no nível de emancipação política de direitos, conciliável com a sociabilidade burguesa.

Participe da proteção social, destacando sua relevância na efetivação dos direitos da população, a Política de Assistência Social mostra que:

Afirmar que a assistência social deve ser socialmente assumida no bojo de um projeto político emancipatório não significa que ela isoladamente enfrenta e supera a exclusão, a pobreza e outras expressões da desigualdade. É preciso reconhecer os limites das políticas sociais na alteração das estruturas de poder [...]. Não obstante, essa política tem um

potencial estratégico na ampliação do sistema de proteção social e de consciência crítica. (SILVEIRA, 2007, p. 62)

Assim, já está claro que a erradicação da desigualdade, em sua totalidade, é uma possibilidade utópica de uma sociedade comunista através da erradicação do Estado e da propriedade privada, nos ligando a um trabalho associado. A nossa possibilidade concreta, com caráter de resistência, se dá através do acesso aos direitos.

A Política de Assistência Social deve se materializar, no cotidiano, através do trabalho social voltado a quem dela necessitar. Porém, como afirma Silveira (2007), a sua função universal está direcionada a condição de intervenção específica. O caráter de política exclusiva para a resolução das problemáticas sociais, deve ser superada diante da condição de que a proteção social brasileira se constitui de inúmeras políticas públicas que devem ser trabalhadas intersetorialmente, possibilitado a funcionalidade da rede.

A PNAS (2004), é direcionada ao desenvolvimento humano e social, não assistencialista, que possibilita o acesso a distribuição de bens e recursos, devendo impactar, de forma real, na vida das famílias e indivíduos assistidos, assim, destacamos o viés e emancipador da referida política.

O caráter não assistencialista é enfatizado pós CF/88, diante da conquista como direito social da política de Assistência Social, contudo o ranço de caridade diante das práticas profissionais pode ser barreira para a autonomia dos sujeitos assistidos.

Dentro da PSB, em específico no CRAS, o trabalho social baseado no ciclo de vida, deve despontar para a autonomia do sujeito e conseqüentemente para uma emancipação política, neste âmbito, se destaca como campo para a efetivação dos direitos socioassistenciais da população imersa a vulnerabilidades e risco social.

Promover a proteção básica através do trabalho social no SCFV, não se restringi a alcançar apenas o público específico de cada grupo trabalhado, pois, partindo de um das diretrizes da PNAS, a centralidade na família, este trabalho deve ser estendido, considerando sempre os aspectos socioculturais que os indivíduos estão imersos.

Como instituição primeira de contanto, a família possibilita a transmissão de valores para os adolescentes, contudo, devemos lembrar que esta mesma família é campo de contradições, pois está imersa as relações capitalista, deste modo, o

trabalho social deve ser planejado considerando a totalidade da vida, mas sem desconsiderar a subjetividade dos usuários.

Quando nos remetemos aos impactos positivos que os serviços socioassistenciais podem facultar, Colin e Silveira (2007, p.155) apontam que os serviços desenvolvidos no Suas podem ou não gerar possibilidades de autonomia e protagonismo, dependendo dos impactos provocados nos modos de ser e de pensar da população usuária.

Assim, o trabalho social desenvolvidos e planejados nos equipamentos a partir de um viés crítico, considerando que, os sujeitos estão imersos na dinâmica contraditória capitalistas, possibilitam que os serviços, programas e projetos tendam a um resultado real no cotidiano dos usuários.

Tendo em vista os serviços da proteção básica, os autores destacam: atendimento sociofamiliar que visa o protagonismo das famílias; defesa dos direitos e participação popular o que remete ao território que a proteção básica abrange; orientação técnico jurídica e social que consiste em orientações e encaminhamento à cerca dos direitos; socialização familiar e comunitária na rede de proteção da política de assistência; convivência e sociabilidade com espaço e reflexão e convivência para os sujeitos; atendimento social e circunstancial/ emergencial para o acolhimento e escuta de famílias e indivíduos.

Assim, os serviços do SUAS, devem ser voltados para o desenvolvimento da cidadania dos sujeito, quando assim necessitarem. Quando foge dos objetivos da referida política, esta deve trabalhar ativando a rede socioassistencial no campo da intersectorialidade.

Vale salientar que a interface com as outras políticas setoriais é palco para a efetivação de direitos, visto que, a política de Assistência Social dar-se como primeiro contato do usuário com os serviços, assim, a PSB se defronta com várias expressões da questão social, tendo que encaminhar para a rede situações que não estão para esta o acompanhamento da referida política.

Destaca-se na PSB, um caráter de grande relevância ao trabalhar no sentido da prevenção e de não atuar apenas na problemática já consumada, e se, tendo direitos violados, trabalhar para não reincidência, onde para Sposati (2007), a prevenção é necessária, visto que, não se deve atuar apenas depois que ocorre uma desproteção, ou seja, uma violação de direitos.

Diante do exposto, no que concerne ao SCFV, dentro da PSB, o trabalho social deve ser dividido por ciclos de vida, assim delimitamos a pesquisa no público adolescente, que são, pela lei brasileira, sujeitos de direito e protegidos pelo ECA.

Direcionar tal trabalho social ao público adolescentes no SCFV caracteriza-se na prática a possibilidade de identificar as vulnerabilidades e riscos sociais ainda na PSB, e deste modo, mostra a significância e funcionalidade da política, assim como, a probabilidade real de superação das problemáticas, e sendo sujeitos em formação, se aproximar de novas propostas para o futuro, pois:

Essa conjugação conceitual que delinea a convivência numa medida que permita traçar seus limites no escopo de Assistência Social é sintetizada por Sposati (SPOSATI, 2012) quando afirma: convivência é forma e vínculo é resultado. [...] sujeitos de direito capazes de afetar e serem afetados nos encontros, produtores e produzidos no contexto em que vivem, capazes de escolhas e decisões pelas quais se corresponsabilizam, que participam e combinam objetivos comuns e assim aprendem a participar sentindo-se pertencentes a algum lugar, ou seja, capazes de identificar/reconhecer e afirma o valor / qualidade dos vínculos construídos em sua trajetória (MDS, 2013, p. 23)

Assim, a depender de como os serviços são direcionados dentro do SCFV, o seu impacto final será real, ou seja, se o trabalho social é posto de forma assistencialista, culminando com a ranço deixado pela historicidade da política, a reposta na vida do usuário não será de empoderamento, visto que, favor e a caridade não lhe permite questionar.

O campo para as atividades em grupos, forma em que são trabalhadas as atividades no CRAS, dentro do SCFV, objetiva também criar vínculos fora do meio familiar, aproximando os sujeitos da comunidade, o que possibilita a questão do não isolamento, assim prevenindo o despertar de outras variáveis.

Mas de que forma estes sujeitos ainda em formação e sob a responsabilidade da família, Estado e sociedade, como já destacado aqui, podem de alguma forma se corresponsabilizar por suas decisões? Ora, esta afirmativa dar-se no sentido de que, este não é responsável único, mas que pode optar por determinado objetivo para sua vida, assim, se o adolescente tem um suporte familiar, está inserido em políticas públicas que lhe proporcionam uma condição digna de vida, há a possibilidade de uma emancipação desse sujeito, no sentido político, considerando a sociabilidade capitalista em que vivemos.



Assim, se há dentro do serviço, além da identificação das vulnerabilidades, uma valorização do adolescente que lhe permite se reconhecer como cidadão e sujeito de direitos, a política pública vai estar para a emancipação desta pessoa em desenvolvimento, pois contribui para que estes possam ter acesso aos seus direitos, desperta suas potencialidades, lhe possibilitando assim, traçar uma trajetória de vida.

### **CAPÍTULO III - UMA ANÁLISE DO TRABALHO SOCIAL DO CRAS TIMBAÚBAS A PARTIR DA VOZ DOS USUÁRIOS ADOLESCENTES**

Este capítulo irá caracterizar o campo da pesquisa, bem como delinear o percurso metodológico que nós utilizamos para chegar aos resultados. Estes resultados serão expostos no último ponto do referido capítulo, onde iremos perceber o alcance da pesquisa através da análise dos dados.

#### **3.1 Caracterização do campo da pesquisa**

O campo da pesquisa Centro de Referência de Assistência Social é parte fundante da Política de Assistência Social brasileira, esta última, dividida em dois níveis: Proteção Social Básica e especial. Na PSB, o CRAS caracteriza-se como porta de entrada para o acesso aos direitos socioassistenciais da população. Dentre o trabalho social ofertado no equipamento temos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o qual desenvolve atividades com os usuários de determinada territorialidade a partir do ciclo de vida.

O CRAS tem o objetivo de atuar, a partir da oferta dos seus serviços, a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais que permeiam o cotidiano dos usuários da referida política, tendo como eixo central a matricialidade sociofamiliar. Delimitando o campo da nossa pesquisa, esta foi realizada com os adolescentes do SCFV do CRAS- Timbaúba no município de Juazeiro do Norte-CE.

O campo da pesquisa também foi o espaço que me aproximou do processo de trabalho profissional, estando na condução de estagiário. Os estágios I e II foram vivenciados por dois semestres consecutivos, no CRAS-Timbaúba em Juazeiro do Norte- CE, localizado a rua João Paulo I, Nº 620, bairro Timbaúba, onde desenvolveu-se o projeto de pesquisa, o qual, culminou nesta monografia.

### 3.2 Percurso Metodológico

A metodologia para estruturar a pesquisa se iniciou a partir da afirmação de legitimidade que esta possui enquanto forma de proporcionar ao pesquisador o delinear do seu percurso metodológico.

Diante do exposto, a teoria marxista de abordagem dialética contemplou a base da pesquisa pois:

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados (GIL, 1999, p. 40)

Considerar a historicidade da vida social é de suma importância para que possamos compreender os reais motivos que contemplam a vida dos sujeitos, observando a subjetividade do objeto de estudo, destacando que, estes estão imersos a uma sociabilidade capitalista, onde, fatores externos influenciam na vida privada.

Assim, no que concerne as Ciências Sociais, o objeto é circunscrito por questões históricas que, para Minayo (1994, p. 13), vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído.

Deste modo, para melhor desenvolvimento da pesquisa, empregamos o procedimento metodológico descritivo que tem como objetivo:

A descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros estudos que podem ser classificados sob este título e uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (GIL, 1999, p. 44)

O método descritivo, propiciou a aproximação sobre o assunto através do levantamento de informações sobre fenômenos sociais já existentes na literatura acadêmica, mas que partiram de uma determinada territorialidade, a qual tinham nos despertado uma inquietude, deste forma, não se pode deslegitimar a pesquisa por ser recorrente, pois esta possibilita um maior interação com a temática e novas interpretações.

Assim, em um primeiro momento, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que nos aproximam dos escritos já produzidos no campo da temática abordada, onde, Lakatos e Marconi (2003) afirmam que a sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, propiciando o exame sobre uma temática para que se chegue a conclusões inovadoras, não sendo apenas uma repetição do que já existe.

O procedimento da pesquisa de campo, também utilizado, se caracteriza por:

Em Ciências Sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. (NETO, 1994. p. 51)

Na condição de pesquisadores, nos aproximou da realidade problematizada, construindo um conhecimento empírico importantíssimo para esta pesquisa social. Destaca-se como o propósito para utilização da pesquisa de campo a condição desta ser a forma mais recorrente quando o foco é considerar as relações sociais diversas e a opinião orgânica do sujeito.

A abordagem qualitativa, para Minayo (1994) se diferencia tanto do método quantitativo, que se liga ao posicionamento da teoria positivista<sup>4</sup> quanto a *sociologia compreensiva*<sup>5</sup> ligada a fenomenologia, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21)

Diante do exposto, a pesquisa qualitativa possibilitou que a realidade social fosse conhecida e interpretada de forma mais profunda, considerando os movimentos históricos a partir da dialética, que segundo a autora, faz um desempate

---

<sup>4</sup> No cerne da defesa do método quantitativo enquanto suficiente para explicarmos a realidade social está a questão da objetividade. Para os positivistas, a análise social seria objetiva se fosse realizada por instrumentos padronizados, pretensamente neutros. (MINAYO, 1994, P. 23)

<sup>5</sup> Num embate frontal com o positivismo, a sociologia compreensiva propõe a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social e inerente a construção da objetividade nas ciências sociais. (MINAYO, 1994, P. 24)

entre o positivismo e a fenomenologia, buscando nas partes a interação com o todo a partir da interioridade, questões subjetivas e a exterioridades das relações sociais.

Para melhor se aproximar da realidade utilizamos como instrumento da coleta de dados a entrevista, onde:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mas especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 1999, p. 117).

Assim, a entrevista é uma forma notável de possibilitar ao pesquisador uma proximidade real com o universo a ser pesquisado, pois não traz um roteiro fechado, porém, já aborda questões preestabelecidas.

Para esta pesquisa abordamos um misto de perguntas abertas para situações mais rasas e as fechadas com o intuito de possibilitar a maior expressão de pensamento dos adolescentes, o que desencadeou em mais variáveis para os resultados e discussões.

Dentre as vantagens da aplicação da entrevista o autor destaca a probabilidade de obter dados em profundidade que podem ser classificados e quantificados, como também a flexibilização da entrevista.

A cerca da análise e interpretação dos dados da pesquisa:

Podemos apontar três finalidades para esta etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto da pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. (GOMES, 1994, p. 69)

Deste modo, no que concerne a nossa pesquisa, os dados foram analisados através de categorias buscando identificar a entrada do público alvo no serviço, discutir ações a partir do trabalho social no equipamento e observar os impactos reais no cotidiano dos usuários, ou seja, se o equipamento se legitima como palco para efetivação de direitos socioassistenciais.

O período da pesquisa teve início no último semestre de 2018, se estendendo até o primeiro semestre de 2019, sendo as entrevistas realizadas no mês de abril do último ano. Para tanto, a partir da população, designada por Gil (1999) como um conjunto de elementos que possuem determinadas características,

foi utilizada uma amostra, caracterizada pelo autor como um subgrupo da população, de aproximadamente 44% do universo de 30 adolescentes do SCFV no equipamento CRAS- Timbaúba em Juazeiro do Norte- CE, entre 12 e 18 anos incompletos, o que correspondeu a 13 adolescentes entrevistados.

A nível de identificação dos adolescentes, nós optamos por denominá-los entrevistados de 1 a 13, com o intuito de dar voz a estes sujeitos sobre as suas vivências dentro do equipamento CRAS- Timbaúba, utilizando em cada pergunta, cinco respostas para análise.

Diante do exposto, no que concerne a categorização dos resultados e para um delinear mais suave e de maior compreensão no corpo do texto, reduzimos a identificação da palavra entrevistado para os termos E1, E2, E3... assim e sucessivamente.

Os resultados trazem informações sobre o acesso a Política de Assistência Social, a consonância da tríade família, sociedade e estado para a proteção dos adolescentes e as transformações no cotidiano e a emancipação dos adolescentes.

Todo o processo esteve de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde 510/2016, que dispõe das condições éticas para a realização de pesquisas que envolvem seres humanos.

Portanto, o processo metodológico descrito a cima, se fez norte para a construção da pesquisa que culminou na monografia do TCC e possibilitou um estudo detalhado sobre a questão da efetivação dos direitos de cidadania dos adolescentes no referido equipamento.

### 3.3 Direitos efetivados? A luz dos pensamentos dos adolescentes

**Tabela 1: Análise**

<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Raça</b>	<b>Escolaridade</b>
Masculino	12 anos		Ens. Fundamental
Masculino	13 anos	Pardo	Ens. Médio
Masculino	12 anos	Pardo	Ens. Fundamental
Masculino	13 anos	Pardo	Ens. Fundamental
Masculino	12 anos	Pardo	Ens. Fundamental
Masculino	12 anos	Branco	Ens. Fundamental
Masculino	16 anos	Pardo	Ens. Médio
Masculino	16 anos	Pardo	EJA
Masculino	12 anos	Branco	Ens. Fundamental
Masculino	15 anos	Preto	Ens. Fundamental
Feminino	13 anos	Parda	Ens. Fundamental

Feminino	12 anos	Parda	Ens. Fundamental
----------	---------	-------	------------------

Fonte: Primária.

O público da pesquisa, em sua maioria, é do sexo masculino. Esta é a realidade também no equipamento, onde, no seu cotidiano, no SCFV estes adolescentes participam, de forma majoritária, nas atividades desenvolvidas.

A análise das três primeiras perguntas apontam como se deu a inserção dos adolescentes no SCFV, destacou o acesso aos direitos a partir da referida política destacando algumas atividades do serviço.

Quando os sujeitos da pesquisa foram apresentados ao seguinte questionamento: o que motivou sua participação no SCFV? Obtivemos as seguintes respostas:

E1 “Não sei. De manhã eu ficava em casa aí eu resolvi participar. Meus colegas... É, é”

E4 “o meu colega me chamou, aí ele perguntou se eu queria ir, aí eu vim”

E6 “eu fui indicado por um colega e minha mãe veio e fez a inscrição aqui, que meu colega já participava”

E7 “é, já faz alguns anos que eu participo, é ... meus amigos me chamaram e eu gostei e comecei a vir, aí agora eu comecei a estudar em tempo integral, aí tem como eu vim direto não”

E10 “muita coisa. Os meninos que me trouxe pra cá, eu não sabia que tinha”

Diante do objetivo de especificar como os usuários são inseridos no serviço, observando assim, o alcance a Política de Assistência Social nessa territorialidade, nós identificamos que a informação sobre o equipamento se deu de maneira informal, como referenciada na tipificação dos serviços socioassistenciais, por procura espontânea, que pode ser ainda por busca ativa e por encaminhamento da rede socioassistencial e de outras políticas públicas.

Podemos destacar o poder da influência dos amigos na vida dos adolescentes o que nos remete a questão da socialização com o meio em que vivemos, onde esta também se revela como uma forma de alcançar os usuários daquela territorialidade.

A busca ativa, também mencionada na referida tipificação, caracteriza-se, segundo o MDS, como estratégia do trabalho social e atribuição do CRAS, onde o Estado assegura o acesso aos serviços sociais básicos, a fim de não apenas

esperar a demanda dentro do equipamento, mas de se aproximar da comunidade, sobretudo, dos que desconhecem as políticas sociais.

Diante do exposto, não foi mencionado pelos entrevistados que estes adentraram ao equipamento através do conhecer sobre a Política de Assistência Social, nos referimos a questão da informação, pois:

A socialização das informações, de acordo com Silva (2000, p. 124), é um componente fundamental para a viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do usuário para acessar esses direitos e para mudar a sua realidade. Além disso, é uma alternativa para a “tradicional orientação” vinculada à normatividade legal e ao enquadramento institucional dos usuários. (MIOTO, 2009, p. 6).

A questão abordada aqui, não é apenas sobre o trabalho da equipe, mas sobretudo, de destacar a categoria da não informação e de como esta barreira pode impactar na vida dos usuárias

Sendo o CRAS porta de entrada para a Política de Assistência Social, trabalhar com a prevenção das vulnerabilidades inclui, de forma especial, informar e estar próximo da comunidade, possibilitando assim, a ampliação da cidadania através da efetivação de direitos, pois, através da busca ativa que é um trabalho social essencial ao serviço, como referenciado na tipificação de 2009, as informações podem ser propagadas e atingir um número maior usuários na territorialidade, contribuindo com a informação para o exercício da cidadania.

Diante do seguinte questionamento: O que você fazia antes, no mesmo horário em que está participando do SCFV do CRAS-Timbaúba? obtivemos:

E2 “é, eu ficava em casa né? Saía, jogava bola com os amigos, era isso. Aí só, que eu estudo a tarde”

E5 “não fazia nada, só assistia. Sim! E jogando bola no mei da rua”

E8 “ficava em casa mesmo, ía jogar bola as vez, só isso mesmo”

E10 “estudava e ajeitava as coisas em casa, limpar a casa”

E12 “antes eu comia, não! Primeiro eu tomava banho, aí eu comia, aí eu ia dormir, mais tarde eu merendava e ficava brincando com os amigos”

Diante do objetivo de observar mudanças na vida dos adolescentes a partir das atividades cotidianas do equipamento, temos então, o CRAS como uma instituição, além da escola, que possibilita aos adolescentes a interação com a

comunidade, em face, ao tempo ocioso de antes, a partir da frequência no equipamento, onde o SCFV tem por foco:

O fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho (BRASIL, 2013, p. 17)

Todos os adolescentes pesquisados estavam matriculados regularmente na escola o que mostra a contribuição do serviço para a inserção ou reinserção destes no sistema educacional, o que revela-se como um direito constitucional.

A frequência dos adolescentes nas atividades cotidianas do SCFV os possibilita conhecer o seu espaço de moradia e se reconhecer dentro dele, enaltecendo assim a questão do pertencimento aquele lugar e a convivência social, construindo relações com pessoas fortalecendo os vínculos comunitários, ou seja, determinada inclusão social, sendo este, um dos objetivos específicos do serviço.

A partir do questionamento: qual a atividade que você mais gosta de fazer no SCFV do CRAS- Timbaúba? Obtivemos as seguintes informações:

E3 “gosto de jogar futebol aqui, só”

E9 “jogar bola, só, e fazer muitas coisas”

E10 “escutar o que eles fala pra nós dos estudos e jogar bola”

E11 “sei lá! Tem tantas, que é tipo assim, eu gosto das palestras, essas coisas”

E13 “futsal, e negócio de artes aqui”

Observamos que a prática esportiva, se destaca como atividade de preferência dos adolescentes, em comparação a outras atividades. É fato que esta prática constitui uma forma de convivência comunitária a partir do esporte- lazer, pauta abordada na tipificação nacional e como direito social a partir da CF de 1988, como formar de melhorar a vida humana.

O lazer e as atividades lúdicas também são formas de ensinar e socializar os adolescentes, se caracteriza com o um atrativo para a partir desta atividade pode agregar ao serviço outras pautas.

Contudo, não deve ser prática exclusiva no cotidiano do serviço, visto que o trabalho de prevenção das vulnerabilidades e riscos sociais devem despontar e



contribuir para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem (BRASIL, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, 2009, p. 17 ), pois, como já citada anteriormente, a questão da informação, que instigue o diálogo e reflexões à cerca da vida e das demandas que permeiam o meio social em que os adolescentes vivem, contribuem para uma emancipação do sujeito, não se constituindo assim apenas por via única de lazer e esporte.

A análise da quarta e quinta pergunta nos remeteu a questão da matricialidade sociofamiliar como diretriz do SUAS e eixo central da Política de Assistência Social, a sua realidade no cotidiano dos adolescentes a partir da extensão do serviço para o acompanhamento com as famílias.

Diante do questionamento: Sua família participa dos serviços ofertados pelo CRAS? Se sim, qual atividade eles participam? Obtivemos os seguintes relatos:

E1 “não, ninguém participa, só eu mesmo”

E2 “é, sim! Da dança né, o zumba, as minhas tias, elas participam, e eu acho que é só isso mesmo, que minha mãe, ela não mora comigo, ela mora no sítio, eu moro com meu pai”

E4 “ninguém participa”

E6 “não, até agora não. Eu entrei há alguns dias, aí ela tá procurando alguma coisa pra entrar também, a minha mãe”

E11 só minha mãe e minha irmã. Minha mãe ela vem pra, pro zumba e minha irmã faz a mesma coisa, só que das crianças”

E13 “minha mãe só, ela vem pro zumba aqui, negócio de dança. Papai não”

Pode se identificar diante das respostas que o alcance maior dos serviços com as famílias, as que estão inseridas nas atividades cotidianas do CRAS, se materializa também a partir do direito a esporte-lazer, em outros casos, não sendo acompanhadas pelo serviço. Sabemos que:

A matricialidade sociofamiliar e a centralidade na família fazem parte da agenda das políticas públicas em vigor, conforme se constata nos marcos legais alavancados pela Constituição Federal de 1988, espalhadas na Política Nacional de Assistência Social, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e, mais recentemente, na lei Federal nº 12.010, de 03/08/09, que também trata de convivência familiar de crianças e adolescentes (GUEIROS, 2011, p. 78)

O trabalho social com o adolescente, de forma a considerar a vivência dentro da instituição familiar e também o acompanhamento desta, permiti, considerar a totalidade do universo em que o usuário está inserido, proporciona estabelecer uma relação com a territorialidade, para que as condições objetivas e subjetivas sejam consideradas, e a partir disso, desenvolver um trabalho social com especificidades, ou seja, voltadas para a real demanda.

Se as atividades do equipamento são estruturadas apenas como uma dança ou um jogo de futebol, descaracteriza o sentido de acesso a direitos da política e reafirma o caráter assistencialista, o que deslegitima as conquistas a partir da CF/88, que consiste como marco legal de referência como direito dos cidadãos.

No questionamento: Qual situação do seu convívio familiar foi afetada (modificada) com sua participação no SCFV? Obtivemos como respostas:

E1 “a conviver em público. Antes eu tinha vergonha de tudo, é”

E2 “melhorou né, por que aqui quando a gente faz grupo eles faz um título e faz alguma coisa, aí, se por exemplo, eu to passando por alguma coisa, as vezes o título cai bem na hora que eu to precisando, né? Aí ajuda muito em casa ou na rua”

E7 “contribuiu sim, é... educação, fiquei mais educado, um pouco, que antes eu vivia, tipo, mais os meninos, os meninos chamava muito nome, esses palavrão, num tem? Aí aqui eles ensinam essas coisas, a se educar, comportamento também”

E9 “melhorei em casa e na escola, hahaha”

E10 “respeitar os pai e as mãe”

É clara a modificação em algum âmbito da vida dos adolescentes, a exemplo da contribuição de melhor relacionamento familiar, as relações comunitárias de “conviver em público” como expressa o adolescente E2. Destacamos também a questão da educação, do caráter pedagógico que se mostra a partir da visão dos adolescentes em face ao trabalho social desenvolvido pela equipe técnica do CRAS-Timbaúbas.

Diante do expostos constatamos que o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, PNAS, 2004, p. 33) são vistos no cotidiano dos adolescentes, mesmo que de pequenas formas, mas que contribuem

para a formação na condição de pessoas em desenvolvimento que são, e sujeitos de direito.

Mesmo que haja discrepância a partir das recomendações da legislação, no que se remete ao acompanhamento familiar, os adolescentes relataram transformações no seu cotidiano a partir da inserção do equipamento, o que legitima a Política de Assistência Social e sua função protetiva para com os referido público.

A análise das perguntas seis e sete nos remeteu ao despertar da potencialidades dos adolescentes a partir do trabalho social do equipamento como contribuição emancipatória para estes, diante das atividades propostas no cotidiano.

A partir do questionamento: o que você aprendeu frequentando o SCFV que aplica no cotidiano? Tivemos as seguintes respostas:

E1 “só a conviver em público que antes eu não ficava em público, eu ficava sozinho, eu não gostava de ficar mais os outros, as outras pessoas”

E2 “é, eu acho que sim, que foi no tempo aí do...acho que foi antes da gente subir o horto, que a agente foi, que nós trabaioando sobre uma coisa aí de... que nós tamo trabaioando também esse ano, que é o tema do... assédio. É, o assédio, exploração, tu sabe?”

E4 “arram, negócio de assédio, foi... foi, não, assim, não pegar nas partes íntimas das meninas, hahaha, negócio, umas coisas que vem uns pessoal de fora aí, negócio de racismo, só isso;

E7 “sim, a educação, como eu tava dizendo, respeitar os outros, os mais velhos, eles ensinam aqui, essas coisas.

E12 “respeitar. Respeitar é o mais importante e não ter racismo com os outros.

Os assuntos abordados dentro SCFV, como racismo, abuso e exploração de crianças e adolescentes e respeito as diferenças, nos remete ao caráter educacional e emancipatório do trabalho social do CRAS, onde, a frente do grupo de adolescentes, está um profissional Assistente Social como técnico de referência, o que estreita esta relação da categoria com este formato, pois:

Tal vinculação, em sua diversidade, é determinada pelos compromissos profissionais estabelecidos com as classes e se materializa pelos efeitos da ação profissional no modo de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos das práticas educativas (ABREU E CARDOSO, 2009, p. 9)

Caracteriza-se como um forma educacional, sobretudo, com um viés politizante de colocar em pauta as questões que permeiam a nossa sociabilidade, proporcionando aos adolescentes o refletir. Esta reflexões estão para a construção destes sujeitos em desenvolvimento como pra desconstrução de pensamentos já preestabelecidos, oriundas da relações e de padrões já formados socialmente, significa assim, que este é um espaço para o compartilhamento e a troca de experiência, considerando suas vivências.

Diante dos questionamento: Você destaca alguma mudança na sua vida após a participação no SCFV? Obtivemos os seguintes resultados:

E7 “sim, a educação, como eu tava dizendo, respeitar os outros, os mais velhos, eles ensinam aqui, essas coisas”

E6 “eu, assim, eu acho que toda criança não é tão comportada, eu, praticamente, eu não era tanto, é...agora eu me comporto mais, entendeu?”

E9 “mudou, mudou um monte de coisa”

E12 “aqui a gente tem que ter respeito, é...como é mesmo, aprender mais, é... aprender a falar com os amigos direito, não chamar palavrão, eles também ensina a gente a respeitar todos os familiar daqui, e também dá muitas coisas pra gente”

E14 “é, mudou, por que eu era muito danado, aí quando eu cheguei aqui, eles é...me chamavam atenção, pra parar de danação, até agora, quatro anos, é, já sou mais bom aqui, não sou muito danado”

Os adolescentes externaram mudanças comportamentais, o que reitera o caráter educacional como explanado anteriormente. Destacamos também o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários quando eles relatam uma evolução dos seus relacionamentos no cotidiano, após o a frequência semanal no SCFV do CRAS-Timbaúba.

São modificações que possibilitam um vivencia mais saudável com a família e comunidade, que refletem em impactos reais no dia a dia, e como preconizado na tipificação de 2009, potencializam a condição de escolher e decidir dos sujeitos assistidos pela Política de Assistência Social.

Quando falamos em alguma mudança ou impacto na vida dos sujeitos, podemos considerar determinada emancipação, ao nível político, que permite o acesso as políticas públicas e a participação social na comunidade permitindo a construção de uma cidadania destes adolescentes, imersos vulnerabilidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de Assistência Social legitimou o seu caráter de direito para quem dela necessitar e dever do Estado, a partir da promulgação da CF/88, complementando a tríade da Seguridade Social junto da política de Saúde e Previdência Social. Está dividida em níveis de Proteção Social Básica e Especial de média e alta complexidade.

Na PSB, o CRAS se reporta como porta de entrada para a referida política, o qual oferta o SCFV, que tem por objetivo fortalecer as relações dos sujeito com a família e comunidade, a partir do trabalho social desenvolvido com os grupos divididos por ciclo de vida.

Diante do exposto e depois do período de estágio I e II NO CRAS-Timbaúba, a seguinte problemática surgiu: será que o SCFV voltado para o público adolescente através das atividades cotidianas do equipamento, vem contribuindo para a emancipação do público adolescentes inserido nos serviços do equipamento?

Em respostas ao questionamento, a pesquisa foi desenvolvida a partir do objetivo geral de analisar como o trabalho social do referido CRAS, vem contribuindo para a superação de vulnerabilidades existentes e proporciona determinada emancipação a partir da efetivação de direitos, na visão dos próprios sujeitos envolvidos no as atividades do equipamento.

Os resultados diante da pesquisa de campo realizado com o público alvo, que são os adolescentes, veio a responder os objetivos específicos elencados no início da pesquisa, de forma a esclarecer a inquietação inicial durante o período como estagiária do CRAS-Timbaúba e estudante de serviço social da Unileão em Juazeiro do Norte, Ceará.

O objetivo específico de analisar quais os determinantes que levaram os usuários a serem inseridos no SCFV do CRAS- Timbaúba foi identificado a partir de demanda espontânea. Os adolescentes não externaram nenhuma problemática na família ou que estivesse passando no momento. A questão da não aproximação do equipamento através de busca ativa, impossibilita a proximidade com a totalidade da realidade vivenciada pelo usuário, como também o acesso a informação para as

famílias da territorialidade, o que impacta na possibilidade de contribuir com a informação para o acesso à cidadania.

Os adolescentes ainda destacaram a importância das atividades para complementar as atividades do dia como também a preferência por atividades esportivas. A efetivação do direito ao esporte – lazer é legítima, contudo existe a ressalva para não deixar o nível de recreação acima da contribuição para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores como preconizado na tipificação de 2009.

O objetivo de discutir as ações de enfrentamento no cotidiano do equipamento foi alcançado a partir da discussão do funcionamento da tríade família, Estado e sociedade para a proteção dos adolescentes. A extensão do trabalho social para o acompanhamento da família se materializa também na linha esporte lazer. Esta é uma forma de aproximar a família e a comunidade, quando os adolescentes afirmam a participação de outros membros da família nas aulas de dança, e outros não participam.

Contudo, a política de Assistência Social já carrega um ranço de assistencialismo e desta forma, considerar a totalidade do universo em que o usuário está inserido, proporciona estabelecer uma relação com a territorialidade, para que as condições objetivas e subjetivas sejam consideradas, e a partir disso, desenvolver um trabalho social com especificidades, ou seja, voltadas para a real demanda.

No que concerne ao objetivo de observar se existem impactos reais na vida dos adolescentes assistidos pela política, o que percebemos foi o caráter educacional das atividades. Vale ressaltar que o técnico de referência do SCFV para adolescente é um profissional Assistente Social, assim, todo o planejamento das atividades é constituído a partir da sua dimensão teórico-metodológica e ético-política.

Assim, o viés educacional desponta para uma construção política dos sujeitos, considerando as suas vivências e possibilitando dentro da sua territorialidade a questão do pertencimento a aquele lugar, a possibilidade de construir uma visão de mundo como sujeitos em desenvolvimento e desconstruir posições determinadas pelo meio e a sociabilidade em que vivem, como questões morais e éticas.

Diante do exposto, constata-se que a hipótese inicial do caráter assistencialista da política de Assistência Social pode ganhar espaço ainda nos

tempos atuais devido ao conjuntura atual neoliberal, que desresponsabiliza o Estado diante das expressões da questão social como também de culpabilizar o indivíduo com análise moralizantes, mas ainda assim, o equipamento revela-se como espaço concreto para emancipação dos sujeitos possibilitando transformações na vida destes através da efetivação de direitos para o exercício da cidadania, o que confirma outra hipótese.

A hipótese de o trabalho social promovido pelo CRAS-Timbaúba no SCFV ser afetado pela precarização da Política de Assistência Social, encontra-se como uma dificuldade, visto que, analiso como pauta para um pesquisa mais aprofundada modificando até o objeto de estudo.

Com esta pesquisa, nós pudemos promover a participação dos usuários na política de Assistência Social através de sua visão à cerca do trabalho social promovido no CRAS-Timbaúba, rever as práticas e pensar em novas formas de intervenção como também seguir as já prescritas para as atividades do SCFV, na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e na PNAS, impulsionando a reflexão.

A questão de conciliar a vida acadêmica com outras responsabilidades como trabalho e a vida social, constituem-se também uma dificuldades, visto que, para cumprir determinada metodologia e chegar ao objetivo final, foi necessário um tempo maior, o que culminou em faltas ao trabalho e noites mal dormidas.

Ao término desta pesquisa, meu sentimento é de superação diante das dificuldades, não só pessoais, mas também sociais e de felicidade e gratidão por estar alcançado a meta da graduação, pois sei que este é o primeiro passo para próximas conquistas que estão por vir.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel et al. **Mobilização social e práticas educativas**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, v. 1, 2009.

BEHRING, E. R. **Fundamentos de Política Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2014.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** 1988 – Art. 205. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acessado em 02/03/2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. BRASIL.

BRASIL. Resolução 510, 7 de abril de 2016. **Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Brasília, DF, abr 2016.

CASTRO, Marcelo. **RESOLUÇÃO Nº 510**. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

CFESS. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2007.

CIDADANIA, Ministério da. **Busca Ativa**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>. Acesso em: 15 maio 2019.

COLIN, D. A. SILVEIRA. J. I. **SERVIÇOS SOCIOASSITENCIAIS: referências preliminares na implantação do Suas**. In: BATTINI. Odária (org). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em Debate. São Paulo: veras, 2007.

**Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos** – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013

DURIGUETTO. Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.



ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** São Paulo: Saraiva, 2010.

FRITZEN, Juliana Pires; MOSER, L.; PEZZO, T. **A centralidade da família na política de assistência social brasileira: Reflexões sobre a matricialidade sociofamiliar e a vigilância socioassistencial.** Miradas Iberoamericanas sobre prácticas profesionales en el campo familiar. Montevideo, Uruguay: Editorial EPPAL, p. 217-232, 2016.

GIL, Antônio Carlos: **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**, ED. 5. 1999.

GOMES. Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa.** *IN:* Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 2002.

GUEIROS, Dalva Azevedo; DOS SANTOS, Thais Felipe Silva. **Matricialidade sociofamiliar: compromisso da política de assistência social e direito da família.** Serviço Social e Saúde, v. 10, n. 2, p. 73-97, 2011

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico metodológica.** 41. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria: **FUNDAMNETOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**, ED. 5.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Matricialidade Sociofamiliar.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/matricialidade/46909a> cesso em: 23 de setembro de 2018.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Cecília de Souza (org). **PESQUISA SOCIAL: Teoria, método e criatividade.** 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA. A. E. **A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000.** *IN:* O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade, 2010.

MOTA. A. E.; MARANHÃO. H. C.; SITCOVSKY. **As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional.** *IN:* O MITO DA ASSISTÊNCA SOCIAL: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade, 2010.

NOTAS DE RODAPÉ: páginas 23 e 24 do livro **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE**. ORG: MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO. **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE**. ORG: MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO.

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, Novembro 2005.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; **Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

RAICHELIS DEGENSZAJN, Raquel, Rojas Couto, Berenice, Yazbek, Maria Carmelita, **O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: apresentando a pesquisa, problematizando a política social**.

**Referências Bibliográficas nas Normas ABNT de Livros e Sites (links)** – Como Fazer. Normas & Regras. Disponível em: < <https://www.normaseregras.com/normas-abnt/referencias/>> acesso em 14 de outubro de 2018.  
Referências da metodologia.

**Revista de Políticas Públicas** [en línea] 2012, (Octubre-Sin mes): [Fecha de consulta: 18 de noviembre de 2018] Disponible en:<<http://p.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651049>> ISSN SEGUNDA CITAÇÃO DIRETA DA CARTILHA: **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009**.

SILVEIRA. J. I. **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: institucionalidade e prática**: In: BATTINI. Odária (org). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em Debate. São Paulo: veras, 2007.

SOUZA, O, M.; DOMINGUES, A. **Emancipação política e humana em Marx: alguns apontamentos**. *Revista eletrônica arma da crítica*. n. 4, p. 67- 81, 2012.

SUAS. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2009.

SPOSAT, A.O.*et al*. **A assistência social na trajetória das políticas públicas brasileiras: uma questão em análise**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI. A.: **Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais**: IN: Caderno de texto da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS/MDS, dezembro, 2007.

TONET Ivo. **Qual política social para qual emancipação? Revista Serviço Social**. v. 17. n. 37. 2015. Disponível em <<http://ivotonet.xp3.biz/>>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

YAZBEK, Maria C. Sistema de proteção social brasileiro: modelo, dilemas e desafios. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA**. Brasília (DF), 2010.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

#### IDENTIFICAÇÃO

**GÊNERO:** Masculino ( ) Feminino ( )

**IDADE:** \_\_\_\_\_

**RAÇA/COR (IBGE):** Preto ( ) Pardo( ) Branco ( ) Indígena ( ) Amarelo ( )

**ESCOLARIDADE:** Fundamental ( ) ano\_\_\_\_\_ Médio ( ) ano\_\_\_\_\_ Não  
frequento a escola atualmente ( )  
motivação\_\_\_\_\_

---

---

---

1. O que motivou sua participação no SCFV?
2. O que você fazia antes, no mesmo horário em que está participando do SCFV do CRAS-Timbaúba?
3. Qual a atividade que você mais gosta de fazer no SCFV do CRAS-Timbaúba?
4. Sua família participa dos Serviços ofertados pelo CRAS? Qual atividade eles participam?
5. Qual situação do seu convívio familiar foi afetada (modificada) com sua participação no SCFV?
6. O você aprendeu frequentando o SCFV que aplica no cotidiano?
7. Você destaca alguma mudança na sua vida após a participação no SCFV?

## ANEXO

### ANEXO A - TERMO DE ASSENTIMENTO

#### TERMO DE ASSENTIMENTO

---

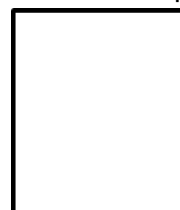
Você está sendo convidado para participar da pesquisa **ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DIREITOS DE CIDADANIA: A contribuição do SCFV para a efetivação dos direitos socioassistenciais dos adolescentes do CRAS-Timbaúba de Juazeiro do Norte. Queremos identificar quais os determinantes que levam os usuários a serem inseridos nos serviços, analisar as ações de enfrentamento e superação das vulnerabilidades sociais no cotidiano do equipamento e observar se este trabalho social promove impactos na vida dos adolescentes e família.** As pessoas que irão participar dessa pesquisa têm de **12 a 18** anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita no **Centro de Referência de Assistência Social- CRAS- Timbaúba**, onde os participantes **irão responder o questionário**. Para isso, será usado **questionário**. O uso do **questionário** é considerado seguro, mas, **É POSSÍVEL QUE NO ATO DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO OS SUJEITOS DA PESQUISA POSSAM SE SENTIR CONSTRANGIDOS POR SEU CONTEÚDO TRATAR DE QUESTÕES SUBJETIVAS DA VIDA COTIDIANA.** Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones **(88 988074059 – 88 997823159)** da pesquisadora **CRISTIELLE FERREIRA DOS SANTOS**. Mas há coisas boas que podem acontecer como **PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DA SUA VISÃO A CERCA DO TRABALHO SOCIAL DO EQUIPAMNETO, BEM COMO, FOMENTAR NOVAS FORMAS DE INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA O REFERIDO PÚBLICO.** Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as pessoas que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa **O RESULTADO SERÁ APRESENTADO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO, NO DIA DA DEFESA DA MONOGRAFIA.** Se você tiver alguma dúvida, você pode perguntar a pesquisadora **CRISTIELLE FERREIRA DOS SANTOS**. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto. Eu \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa **ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DIREITOS DE CIDADANIA: A CONTRIBUIÇÃO DO SCFV PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS DOS ADOLESCENTES DO CRAS-TIMBAÚBA DE JUAZEIRO DO NORTE**, que tem o/s objetivo(s) de **identificar quais os determinantes que levam os usuários a serem inseridos nos serviços, analisar as ações de enfrentamento e superação das vulnerabilidades sociais no cotidiano do equipamento e observar se este trabalho social promove impactos na vida dos adolescentes e família.** Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante



**ANEXO B - Declaração de Anuência da Instituição Co-participante**

**Declaração de Anuência da Instituição  
Co-participante**

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_ e CPF: \_\_\_\_\_, Coordenadora do **CRAS III Timbaúbas**, declaro ter lido o projeto intitulado **ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DIREITOS DE CIDADANIA**: A contribuição do SCFV para a efetivação dos direitos socioassistenciais dos adolescentes do CRAS-Timbaúba de Juazeiro do Norte de responsabilidade da pesquisadora \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_ e RG: \_\_\_\_\_ e que uma vez apresentado a esta instituição o parecer de aprovação do CEP do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, autorizamos a realização deste projeto no **CRAS III Timbaúba, CNPJ:14.9170.469/0001-68**, tendo em vista conhecer e fazer cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a **(Resolução CNS 466/12 ou Resolução CNS 510/16)** . Declaramos ainda que esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Juazeiro do Norte – 03 de maio de 2019

---

Assinatura e carimbo do(a) responsável institucional